

Clipping
01 a 04.10.2011

Correios projetam normalizar entregas uma semana após o fim da greve.....	2
CNJ: Supremo busca saída negociada	2
SEC promete pagar o Piso Nacional até 2014	3
Cpers discute greve com Magistério	3
Adiada de novo data para ponto impresso	3
Grécia afasta 30 mil servidores	4
Funcionários mobilizados	4
Correios estimam normalizar entrega de correspondências uma semana após fim da greve	4
Ministros podem ganhar R\$ 32 mil.....	5
CNJ AFIRMA QUE TJ do Piauí não pune os juízes corruptos	6
CUT: terceirizado ganha 27,1% menos que contratado.....	6
Terceirizados: salário menor e jornada maior, revela pesquisa	7
Trabalho discutirá 10 anos de lei sobre cotas	7
TST promove audiência pública sobre terceirização de serviços	7
CUT divulga dados inéditos sobre a terceirização no Brasil	8
CUT: acidente de trabalho ocorre mais entre terceirizado.....	8
Terceirizados têm escolaridade, mas ganham 27,1% menos do que empregados diretos	9
Terceirizado trabalha mais e ganha menos	10
Terceirização impede a geração de mais vagas de trabalho.....	10
Quem é responsável por funcionários terceirizados?.....	11
Ato inseguro: a transferência da culpa para o trabalhador.....	12
Vale Fertilizantes se utiliza da teoria da culpabilização do trabalhador	12
Sindicatária denuncia: Vale Fertilizantes reduz número de afastamentos e camufla acidentes de trabalho.....	12
64% declaram que "a Justiça é pouco ou nada honesta"	13
Marcha contra a corrupção vai incluir defesa dos poderes do CNJ	14
Nas ruas, servidores efetivos do TJSE reivindicam valorização	14
Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha	15
Segunda carta às esquerdas. Artigo de Boaventura de Sousa Santos	16
Associação: "Juízes precisam ser controlados pela sociedade"	17
TST marca para terça-feira audiência de conciliação entre Correios e grevistas	18
Correios entra com ação e pede para TST declarar greve abusiva	18
Justiça do Trabalho proíbe Correios de cortar salário por greve	19
Greve causa transtornos na triagem dos Correios	20
Correios descumprir liminar e desconta dias parados de grevistas	20
TRT de Brasília proíbe Correios de descontar salários de grevistas.....	21
Correios recorrem ao TST na tentativa de encerrar greve	21
Braskem conclui compra da Dow	22
Magistrado critica "absurdos" no CNJ	22
Sinpro: greve será domingo	22
Bancários prometem reforçar paralisação.....	23
Correios buscam suspensão da greve.....	23
Mobilização para centro da Capital	23
Congestionamento exige paciência.....	24
Tribunal Superior do Trabalho nega pedido dos Correios para suspensão da greve	24
Sapateiros protestam e pedem justiça	24
Sem diálogo, aumenta adesão à greve	25
Professores fazem 'domingo de greve' contra tarefa on-line.....	25

Correios projetam normalizar entregas uma semana após o fim da greve

Prioridade das correspondências serão pacotes que incluem medicamentos

Com a possibilidade do fim da greve dos Correios e a retomada do trabalho na próxima quinta-feira, a expectativa da diretoria da empresa pública é de que, em uma semana, a entrega de cartas e encomendas esteja regularizada. Segundo o vice-presidente de Gestão de Pessoas, Larry de Almeida, a maior dificuldade para colocar o serviço em dia será no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia.

A prioridade, adiantou ele, será a entrega de encomendas com medicamentos, que estão tendo atendimento preferencial e se encontram praticamente sem atrasos. “Com o apoio de todos trabalhando nos finais de semana, teremos um grande avanço em colocar o serviço em dia”, projetou. Segundo os Correios, desde o início da greve, 136 milhões de objetos deixaram de ser entregues pela empresa.

Na tarde desta terça-feira, a direção da empresa e os trabalhadores chegaram a um acordo durante audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A proposta será encaminhada para avaliação em assembleias dos 35 sindicatos dos funcionários, com indicativo de aprovação pelo comando de greve. Se as condições forem aceitas, a paralisação será encerrada na quinta-feira. Para Almeida, a proposta aprovada na audiência contemplou interesses dos trabalhadores, da empresa e da sociedade. “Estamos trazendo ganhos reais significativos para os trabalhadores de base. O piso teve um ganho real bastante significativo e que vai representar muito para a categoria profissional”, enfatizou.

O secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), José Rivaldo da Silva, também comemorou o acordo, especialmente pelo ganho real de R\$ 80 a partir de outubro. “Nenhuma categoria teve mais de 5% de ganho real neste ano. Isso é uma vitória significativa”. Segundo ele, a aprovação da proposta nas assembleias “não vai ser fácil”, mas ele acredita que os trabalhadores vão fazer uma reflexão sobre o que foi negociado.

O acordo prevê o pagamento do aumento real de R\$ 80 a partir de outubro. Esse reajuste estava previsto para ser pago só a partir de janeiro. Também foi mantida a proposta de aumento linear do salário e dos benefícios de 6,87% retroativo a 1º de agosto, mas os trabalhadores abriram mão do abono de R\$ 500 que foi oferecido pela empresa.

A proposta acordada também devolve o valor correspondente aos seis dias de greve que já foram descontados dos trabalhadores em folha de pagamento suplementar até a próxima segunda-feira. Posteriormente, a empresa poderá fazer novamente o desconto na proporção de meio dia de trabalho por mês. Os outros 15 dias de greve que não foram descontados dos trabalhadores deverão ser compensados com trabalho extra nos finais de semana e feriados

CORREIO DO POVO

CNJ: Supremo busca saída negociada

O ministro Luiz Fux formulou um voto para tentar apaziguar os ânimos entre o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça e possibilitar o julgamento, quarta-feira, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros e que retira poderes do Conselho. O assunto está na pauta do Plenário, mas os ministros tentam um consenso nos bastidores para não desgastar ainda mais a imagem do tribunal. Antes de escrever o voto, Fux conversou com a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, que teria concordado com a proposta. A sugestão de Fux é estabelecer um prazo para as corregedorias e, terminado o período, caso não tenha chegado a um resultado final, o CNJ teria o direito de pegar o caso. No entanto, ainda há dúvida entre os ministros sobre o que fazer se a corregedoria local arquivar o processo. O CNJ reivindica para si o direito de desengavetar casos desse tipo.

Eliana Calmon foi quem mais se posicionou contra a possibilidade de o STF podar o CNJ. A ação que será julgada pede que o Conselho só investigue faltas disciplinares de juízes depois que as corregedorias nos estados esgotarem essa tarefa. O risco é o aumento da impunidade, já que as corregedorias locais não costumam dar rapidez a esse tipo de apuração.

Na semana passada, a tendência da Corte era esvaziar as atribuições do Conselho. Mas depois do debate público que se seguiu, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, avaliou que não havia clima para tomar essa decisão e adiou o julgamento. Apesar de a ação ter voltado para a pauta de quarta-feira, não há garantia de que o julgamento acontecerá. Peluso ainda não definiu se é o caso de iniciar a discussão em público.

CORREIO DO POVO

SEC promete pagar o Piso Nacional até 2014

A previsão para 2012 é de elevar salário, abrir concurso e reformar escolas

Os professores da rede pública estadual estarão recebendo o Piso Nacional do Magistério até 2014. A afirmação foi feita ontem, na Capital, pelo secretário estadual da Educação, Jose Clovis de Azevedo, no 1 Encontro de Formação promovido pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Estadual da Educação (SEC). Jose Clovis revelou, ainda, que até o fim do ano serão investidos R\$ 100 milhões em reformas nas escolas estaduais, sendo meta da SEC dobrar esse valor em 2012, e chegar em 2014 com 2,5 mil escolas reformadas em todo o Estado.

Durante o encontro, que reúne professores alfabetizadores e representantes das 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs/SEC), serão realizados estudos e trocas de experiências educacionais. O objetivo do trabalho, que prossegue até sexta-feira (7/10), é, posteriormente, repassar os conteúdos que estão sendo debatidos para as diferentes regiões abrangidas pelas coordenadorias da SEC (CREs). Para o secretário, este encontro estadual visa auxiliar e qualificar a formação profissional docente. "Precisamos criar condições para que o trabalho nas séries iniciais seja mais coletivo."

Outra meta da SEC com as reuniões de formação é oferecer condições para o docente estudar mais e, permanentemente, estar atualizado e capacitado. "O professor precisa contar com o apoio de um especialista, além de participar do processo de gestão da Educação", argumentou.

Sobre questões relativas a bonificações no Ensino, alvo de embate com o Cpers/Sindicato, o secretário garantiu ser contra à meritocracia. E ele também frisou que o governo do Estado pretende, até o final de sua gestão, pagar o Piso Nacional do Magistério. "Não vamos estabelecer competição entre professores ou criar um 14 salário por desempenho de aluno. Meritocracia é mentira. Em 2012, vamos aumentar, substancialmente, os salários, realizar promoções e abrir concurso público", prometeu.

CORREIO DO POVO

Cpers discute greve com Magistério

A presidente do Cpers, Rejane Oliveira, afirmou ontem que o governador Tarso Genro tem que cumprir a lei que estabelece o Piso Nacional, criada em 2008, quando ele era ministro da Educação. A dirigente do sindicato dos trabalhadores em Educação disse que a categoria está cumprindo leis que se referem à Educação, como 200 dias letivos e 800 horas anuais, e deseja que o governo estadual também cumpra a lei do Piso. "Estamos discutindo com a categoria a realização de greve, que será definida em novembro e, se acontecer, a sociedade deve responsabilizar o governo pelo não cumprimento da lei."

Para a presidente do Cpers, o decreto instituído pelo governo, alterando sistema de avaliação, e que está em discussão, tem alguns pontos que indicam que se trata da meritocracia. É o caso da avaliação dos trabalhadores a partir do desempenho e da permanência do aluno na escola. "Será transferir para a categoria os problemas causados pela falta de investimento na Educação", argumentou Rejane.

CORREIO DO POVO

Adiada de novo data para ponto impresso

Prazo para empresas adotarem procedimento é mudado pela quarta vez

Brasília -O Ministério do Trabalho adiou mais uma vez o prazo para o início do uso do Registro Eletrônico de Ponto (REP). Segundo portaria publicada no Diário Oficial da União de ontem, as

empresas terão até o final do ano para se adequar. Sem a prorrogação, a obrigatoriedade já estaria entrando em vigor ontem. De acordo com a portaria 1.979, não haverá outros adiamentos. Esse novo prazo, conforme reforça o texto, se dá "de modo improrrogável para o dia 1 de janeiro de 2012".

A portaria esclareceu ainda que foi concluído o diálogo social tripartite e que todas as manifestações encaminhadas ao ministério foram avaliadas. O prazo para implementação do ponto eletrônico impresso já havia sido mudado outras três vezes. Desde a primeira edição, em 2009, houve divergências entre os setores sindicais e as confederações patronais. O recurso deverá evitar que o trabalhador faça horas extras e não receba por elas.

CORREIO DO POVO

Grécia afasta 30 mil servidores

Na tentativa de reduzir o déficit público, a Grécia colocará 30 mil funcionários em "parada técnica". A medida será imposta até o final de 2011, "o que permitirá ao Estado economizar 300 milhões de euros", disse o porta-voz do governo, Ilias Mossialos. O corte ameniza o déficit grego, que baterá em 8,5% do PIB em 2011 (foi de 10,5% em 2010).

CORREIO DO POVO

Funcionários mobilizados

Bancos e Correios ainda em greve

Bancários e funcionários dos Correios continuam em greve no RS. No primeiro caso o movimento hoje entra no seu oitavo dia. O saldo à população tem sido dificuldade de atendimento em bancos e maior demora nas agências lotéricas. A paralisação dos trabalhadores nos Correios começou dia 14 de setembro.

Mutirão realizado no fim de semana passado envolveu 2 mil funcionários no Estado e permitiu a entrega de 1,5 milhão de objetos postais. Mesmo assim, ontem já se acumulavam cerca de 200 mil objetos postais sem entrega. Em todo o Brasil, foram 13 milhões de cartas e encomendas enviadas no mutirão. Mais de 22 milhões de objetos postais foram triados (preparados para a entrega). Os mutirões, realizados todos os finais de semana desde o início da paralisação, foram responsáveis por entregar cerca de 25 milhões de correspondências.

Para hoje os bancários manterão sua mobilização. Farão ato com protestos em frente à agência do Banco do Brasil no Centro de Porto Alegre. À tarde haverá assembleia geral. Conforme o SindBancários, o movimento conta com a adesão de até 70% da categoria na região Metropolitana, onde trabalham 12 mil dos 25 mil bancários do RS.

Os bancários reivindicam inflação mais 5% de aumento real, participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 4,5 mil, piso do Dieese (R\$ 2.297,51) e vales alimentação e refeição de R\$ 545,00 cada. Os bancos propõem 8%. O percentual, conforme os bancários, representa 0,56% de aumento real.

Os grevistas dos Correios pedem reajuste de R\$ 200,00, reposição da inflação de 7,16% e elevação do piso salarial de R\$ 807,00 para R\$ 1.635,00. A empresa oferece 6,87% sobre salários e benefícios, aumento linear de R\$ 80,00 a partir de janeiro e abono imediato de R\$ 500,00. A proposta representa aumento real de 9,9% no salário base inicial.

CORREIO DO POVO

Correios estimam normalizar entrega de correspondências uma semana após fim da greve

Se proposta apresentada nesta terça for aprovada em assembleia, paralisação encerra quinta. Com a possibilidade do fim da greve dos empregados dos Correios e a retomada do trabalho na quinta-feira, a expectativa da diretoria da empresa é que em uma semana a entrega de cartas e encomendas esteja regularizada na maioria dos estados.

Segundo o vice-presidente de Gestão de Pessoas, Larry de Almeida, a maior dificuldade para colocar o serviço em dia será nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

A prioridade, adiantou ele, será a entrega de encomendas com medicamentos, que recebem

atendimento preferencial e se encontram praticamente regularizados. — Com o apoio de todos trabalhando nos fins de semana, teremos um grande avanço em colocar o serviço em dia. De acordo com os Correios, desde o início da greve, 136 milhões de objetos deixaram de ser entregues pela empresa.

Acordo nesta terça-feira

Na tarde desta terça-feira, a direção da empresa e os trabalhadores chegaram a um acordo durante audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A proposta será encaminhada nesta quarta-feira para avaliação em assembleias dos 35 sindicatos dos funcionários, com indicativo de aprovação pelo comando de greve. Se as condições forem aceitas, a greve será encerrada na próxima quinta-feira.

Para o vice-presidente dos Correios, a proposta aprovada na audiência contemplou interesses dos trabalhadores, da empresa e da sociedade. — Estamos trazendo ganhos reais significativos para os trabalhadores de base. O piso do trabalhador teve um ganho real bastante significativo e que vai representar muito para a categoria profissional.

O secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), José Rivaldo da Silva, também comemorou o acordo, especialmente pelo ganho real de R\$ 80 a partir de outubro. — Nenhuma categoria teve mais de 5% de ganho real neste ano.

Isso é uma vitória significativa.

Segundo ele, a aprovação da proposta nas assembleias "não vai ser fácil", porém ele acredita que os trabalhadores farão uma reflexão sobre o que foi negociado.

O acordo fechado nesta terça-feira entre a empresa e os trabalhadores prevê o pagamento do aumento real de R\$ 80 a partir de outubro. Esse reajuste estava previsto para ser pago só a partir de janeiro.

Também foi mantida a proposta de aumento linear do salário e dos benefícios de 6,87% retroativo a 1º de agosto, mas os trabalhadores abriram mão do abono de R\$ 500 que foi oferecido pela empresa.

A proposta acordada também prevê que a empresa devolva o valor correspondente aos seis dias de greve que já foram descontados dos trabalhadores em folha de pagamento suplementar até a próxima segunda-feira.

Posteriormente, a empresa poderá fazer novamente o desconto na proporção de meio dia de trabalho por mês. Os outros 15 dias de greve que não foram descontados dos trabalhadores deverão ser compensados com trabalho extra nos fins de semana e feriados.

ZERO HORA

Ministros podem ganhar R\$ 32 mil

Se receber aumento, salário de magistrados brasileiros equivalerá ao de Corte americana. Está nas mãos do Congresso o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Se o parlamento autorizar o aumento dos atuais R\$ 26,7 mil para R\$ 32 mil, os magistrados da Corte praticamente se igualarão em termos salariais aos juízes dos Estados Unidos. E passarão os do Japão.

Atualmente, sem o aumento defendido pelo presidente do STF, Cezar Peluso, os ministros brasileiros já ganham mais do que os colegas alemães. E também desfrutam de um pacote de benefícios indiretos variados que não existem nessa quantidade nas demais Cortes, como aposentadoria integral, férias de dois meses por ano, cota de passagens aéreas, auxílio-moradia e carro oficial com motorista. O plano de saúde, com o qual contribuem com percentuais de acordo com a faixa etária, permite que se consultem nos melhores hospitais do país e prevê reembolso até de armação e lentes de óculos.

Quando se considera que os magistrados do STF ganham 13 salários por ano, o que não ocorre em outros países, o valor recebido é, em média, de R\$ 28,9 mil por mês. Com o aumento reivindicado, a média passaria para R\$ 34,6 mil, perdendo apenas para os magistrados do Reino Unido, país tido como um dos mais caros do mundo. Mas os juízes ingleses não têm benefícios como segurança pessoal, imóvel funcional, auxílio-moradia, passagens aéreas e plano de saúde custeado pela

instituição.

Os ministros brasileiros podem ainda complementar o salário dando palestras e aulas em universidades. Os magistrados americanos, alemães e mexicanos também podem desenvolver essas atividades, mas no Japão e no Reino Unido essa hipótese não é cogitada. "Não existe tal caso no Japão", informou a embaixada.

ZERO HORA

CNJ AFIRMA QUE TJ do Piauí não pune os juízes corruptos

CORREIO BRAZILIENSE cita relatório do CNJ apontando os processos 'engavetados' contra juízes

A edição do jornal Correio Braziliense deste sábado traz uma matéria sobre irregularidades das Corregedorias dos Tribunais de Justiça em todo o país. São justamente as Corregedorias dos tribunais de Justiça que tentam diminuir os poderes do Conselho Nacional de Justiça.

Relatórios de inspeções do próprio CNJ 'revelam o loteamento de corregedorias com servidores terceirizados e indicações para a unidade de fiscalização', diz o texto do Correio Braziliense.

Documento assinado pelos 29 corregedores do país em 15 de abril mostra a intenção dos TJs de diminuir a interferência do CNJ nos processos administrativos disciplinares.

Processos engavetados no Piauí

As inspeções, no entanto, mostram a falta de controle dos processos disciplinares nos estados. No Piauí, o CNJ encontrou procedimentos administrativos parados. 'A corregedora responsável chegou a arquivar indevidamente processos antigos.', informou o relatório do CNJ.

De acordo com o CNJ, a Corregedoria de Justiça do Piauí 'paralisou indevidamente' uma série de procedimentos administrativos contra juízes piauienses'.

As denúncias vão desde a possibilidade de improbidade administrativa a prevaricação por parte dos magistrados, crime praticado por omissão no cumprimento do dever. Todas as informações estão no Correio Braziliense deste sábado(01).

180 GRAUS

CUT: terceirizado ganha 27,1% menos que contratado

Estudo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostra que os funcionários terceirizados recebem salários 27,1%, em média, menores que aqueles contratados diretamente pelas empresas. Os dados - de dezembro de 2010 e elaborados com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e em sindicatos - revelam que os terceirizados tinham uma remuneração média de R\$ 1.329,40, enquanto os contratados diretamente recebiam R\$ 1.824,20. O estudo foi apresentado hoje, em entrevista coletiva, na 13ª Plenária Nacional da instituição.

A pesquisa descarta a hipótese de que a terceirização oferece salários mais baixos em razão de menor escolaridade dos trabalhadores que se encontram nesta situação e por conta desses funcionários trabalharem em empresas pequenas. Segundo o estudo, 61,14% dos trabalhadores terceirizados têm ensino médio e superior, ante índice de 75,67% entre os contratados diretamente. A respeito do tamanho das empresas, 53,4% dos terceirizados estão empregados em companhias com mais de 100 funcionários, número bem próximo ao dos contratados diretos, em que 56,1% têm vínculo empregatício com empresas deste mesmo porte. Para a CUT, as diferenças percentuais entre os dois tipos de trabalho não são "grandes o suficiente" para justificar tamanha diferença nos vencimentos.

O estudo "Terceirização e Desenvolvimento - uma conta que não fecha" aponta ainda que a jornada semanal dos terceirizados possui, em média, 3 horas a mais que os funcionários que não se encontram nesta condição. Essa diferença, afirma a CUT, significa 801.383 novas vagas que deixaram de ser criadas. "Se a jornada dos trabalhadores terceirizados fosse igual à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas cerca de 801.383 vagas de trabalho a mais, sem considerar hora extra, banco de horas e ritmo de trabalho, que como relatado por dirigentes sindicais, são maiores e mais intensa entre terceiros", afirma o documento.

A rotatividade de funcionários dentro das empresas também é mais elevada na terceirização, afirma o estudo da CUT. Enquanto o tempo médio de permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretos, para os terceirizados esse número desce para 2,6 anos. A taxa de rotatividade entre os terceirizados é de 44,9%, dos trabalhadores diretos, 22%

AGENCIA ESTADO

Terceirizados: salário menor e jornada maior, revela pesquisa

Um estudo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostra que a terceirização de empresas fragilizou a qualidade do emprego no país. O levantamento aponta várias desvantagens na comparação com o emprego direto nas empresas que contrataram essa prestação de serviço. Entre elas, os salários mais baixos e a o cumprimento de jornadas mais longa.

Este tipo de contrato de trabalho atinge cerca de 25,5% do mercado formal, o que representa 10,8 milhões de empregados, segundo o estudo. Ele servirá de base para a argumentação do presidente nacional da CUT, Artur Henrique, durante audiência pública sobre a Terceirização e a Mão de Obra, que começa amanhã (3), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

Com base em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, o levantamento indica que os assalariados terceirizados ganhavam, em dezembro do ano passado, 27,1% menos do que os empregados diretos.

Enquanto nas empresas terceirizadas quase a metade dos contratados (48%) estava nas faixas de um a dois salários mínimos, nas empresas contrate dos serviços o percentual ficou em 29%. Além disso, a jornada semanal de trabalho nas terceirizadas supera em até três horas a do contrato direto. Se houvesse uma equiparação, alerta o estudo, seriam gerados no país mais 801,3 mil vagas.

A rotatividade também é maior, informa o documento, com 44,9% ante 22% do regime contratual direto. Do total de 42,6 milhões de empregos formais, 10,8 milhões ocorrem por meio da terceirização. Seis estados concentram nível de admitidos acima da média nacional, de 25,5%: São Paulo com 3,6 milhões (29,3%); Minas Gerais com 1,13 milhão (26,%); Rio de Janeiro com 1,08 milhão (26,75%) ; Santa Catarina com 535.176 (27,82%) e Ceará com 356.849 (27,38%).

Trabalho discutirá 10 anos de lei sobre cotas

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço público vai realizar audiência pública para debater os 10 anos da lei estadual 3.708/01, que instituiu o sistema de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf).

A iniciativa do debate, ainda sem data marcada, é do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA). Segundo Almeida, após dez anos da inclusão de negros e pobres nas universidades brasileiras, órgãos governamentais começam a implantar políticas de igualdade racial, aprovar leis contra a intolerância religiosa e, no ano passado, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial.

“Temos que aproveitar acúmulo teórico produzido nessa temática para avaliar e propor mais avanços, pois 500 anos de marginalização não se resolve em oito”, afirmou o deputado. Almeida acrescentou que o Brasil ainda mantém profundas desigualdades e a população negra continua entre os mais pobres.

AGENCIA CAMARA

TST promove audiência pública sobre terceirização de serviços

A legalidade e os limites da terceirização de mão de obra, sobretudo nas instituições e empresas públicas, é o tema da primeira audiência pública promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho, marcada para terça-feira e quarta-feira próximas. No despacho de convocação da assembleia — similar às audiências que o Supremo Tribunal Federal já realizou para o debate de temas polêmicos, como o da permissão do aborto de fetos sem cérebro — o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, considerou “os notórios impactos econômicos e sociais” das decisões judiciais sobre a matéria.

O presidente do TST, no seu despacho, levou também em conta que tramitam naquele tribunal cerca de 5 mil recursos nos quais se discute a “licitude da terceirização da mão de obra”, e que milhares de outros processos tramitam nas instâncias inferiores da Justiça trabalhista, com igual objetivo. Ainda segundo Dalazen, “tais processos suscitam múltiplas, tormentosas questões sobre a terceirização nas relações individuais e coletivas de trabalho”.

Participantes

JB

CUT divulga dados inéditos sobre a terceirização no Brasil

Na próxima segunda-feira, dia 3 de outubro, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) apresenta dados inéditos sobre o trabalho terceirizado no Brasil.

O estudo, feito com base na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e em informações enviadas por nossos sindicatos, revela facetas da terceirização que ajudam a compreender melhor a realidade dos trabalhadores contratados através desse modelo, quais as consequências para o mercado de trabalho e para o processo de geração de empregos.

Os dados serão apresentados em entrevista coletiva com o presidente da Central, Artur Henrique, a partir das 13h (confira endereço ao final do texto).

Alguns temas que serão abordados:

- diferenças salariais entre terceirizados e trabalhadores contratados diretamente;
- condições de segurança e saúde no trabalho terceirizado;
- geração de empregos entre trabalho terceirizado e trabalho direto;
- perfil dos terceirizados – escolaridade etc.

CUT: acidente de trabalho ocorre mais entre terceirizado

Os acidentes de trabalho são mais comuns entre trabalhadores registrados em empresas terceirizadas do que entre aqueles que não se encontram nesta situação. Segundo o estudo "Terceirização e Desenvolvimento - uma conta que não fecha", da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quatro em cada cinco acidentes de trabalho, inclusive os que resultam em mortes, envolvem funcionários terceirizados. A pesquisa, que reúne levantamentos realizados por fundações e entidades sindicais, foi divulgada hoje, na 13ª plenária nacional da entidade, em Guarulhos, na Grande São Paulo.

No estudo, a CUT cita uma pesquisa da Federação Única dos Petroleiros (FUP) que mostra que, de 1995 a 2010, foram registradas 283 mortes por acidente de trabalho nas atividades da Petrobras, sendo que 228 tiveram trabalhadores terceirizados como vítimas. Outra pesquisa, da Fundação Coge, mostra que o total de trabalhadores terceirizados afastados por acidentes é quase o dobro do total registrado entre trabalhadores contratados diretamente. Entre os contratados diretamente, 741 precisaram ser afastados em 2010, enquanto entre os terceirizados o número é de 1.283.

Para o presidente da CUT, Artur Henrique, as empresas terceirizadas têm preocupação menor com o treinamento e condições de trabalho para o funcionário. "A empresa terceirizada não tem a mesma preocupação de qualificação profissional, preparação do funcionário e equipamentos de segurança", disse, em entrevista coletiva. "A empresa de terceirização, para cumprir o valor do contrato combinado, tem que reduzir custos e aí não tem mágica, ela tira do salário, dos benefícios e das condições de trabalho", explicou.

Henrique defende que a responsabilidade de fiscalizar as condições a que os funcionários estão submetidos é também do contratante. "Não estamos tirando a responsabilidade de fiscalização do Ministério do Trabalho e dos sindicatos, mas infelizmente as empresas só notam a redução de custos que a terceirização vai lhes proporcionar."

O presidente da CUT quer que a Justiça trabalhista também ajude a elaborar propostas com o objetivo de reduzir os acidentes. "Os tribunais trabalhistas podem e devem construir propostas para diminuir os acidentes entre os terceirizados", afirmou. A partir de amanhã (04), em Brasília, o Tribunal Superior do Trabalho realizará audiências públicas para debater a terceirização da mão de obra. A CUT apresentará o estudo nas discussões.

O estudo da CUT, elaborado com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e de estudos sindicais, mostra que existiam em 2010 6,8 milhões de trabalhadores terceirizados, ou 25,5% da mão de obra empregada no País. A maioria deles está concentrada na Região Sudeste (28,09% dos trabalhadores).

Na análise por Estados, São Paulo lidera em número de funcionários terceirizados, com 29,32% da força de trabalho, seguido por Santa Catarina (27,82%) e Ceará (27,38%).

Terceirizados têm escolaridade, mas ganham 27,1% menos do que empregados diretos

Pesquisa feita pela CUT com base na Rais de 2010 alerta para necessidade do debate sobre o tema. Central irá defender justiça nos direitos em audiência no TST

Cerca de 61% dos trabalhadores terceirizados têm ensino médio e superior e recebem 27,1% menos do que os salários dos contratados diretos que realizam igual função, segundo pesquisa realizada pela CUT com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010. As informações colhidas pelos sindicatos e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) servirão de base para a intervenção que a central fará na audiência pública que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará sobre o tema nestas terça (4) e quarta-feira (5).

Segundo o Dieese, deixaram de ser criados mais de 800 mil novos empregos em 2010 por conta das terceirizações. Para Artur Henrique, presidente da CUT, terceirização e desenvolvimento "são coisas que não combinam". A criação de postos de trabalho terceirizados, segundo ele, é prática que burla a lei trabalhista e precariza o serviço. "Esta conta não fecha", disse, referindo-se à crescente adesão das empresas às contratações terceirizadas. "É prejudicial não só para a saúde, mas para a própria empresa e para o país."

A diferença nas faixas salariais entre o terceirizado e o direto é um dos pontos mais preocupantes levantados. Enquanto 84% dos terceirizados ganham na faixa de 1 a 3 salários mínimos, a representação dos diretos beira a 52% do total nesses valores. Em uma faixa de 4 a 6 salários mínimos, figuram somente 4% dos terceirizados. Nos diretos, 17%.

O argumento de que o salário dos terceirizados é mais baixo porque trabalham em empresas de pequeno porte não se sustenta. Segundo a pesquisa, 53,4% deles trabalham em empresas com mais de 100 funcionários, sendo que 56,1% dos contratados estão em empresas do mesmo porte. Entre os setores que mais têm mão de obra terceirizada está o de serviços, com 69%, seguido da indústria (13,9%) e comércio (10%). Os estados que mais se destacam são Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Os dados são de 2009.

Além da alta rotatividade (média de 2,6 anos de permanência na empresa empregadora terceirizada ante 5,8 anos na direta, o trabalhador terceiro é privado de diversos direitos que lhe são garantidos, quando direto. No caso dos bancários - categoria que tem caso agravado pela grande quantidade de correspondentes bancários - a diferença foi apontada. Por direito, o bancário tem jornada semanal de 30 horas, em contraste com as 44 horas do funcionário terceirizado, que realiza o mesmo trabalho do funcionário direto.

"Muitos empresários adotam a terceirização como se fosse uma decisão meramente administrativa", criticou Artur o que ele classificou de jogo de "empurra-empurra". O caso mais recente, do flagrante de trabalho escravo em uma terceirizada da rede de lojas Zara, foi utilizado pelo dirigente como exemplo da deficiência de fiscalização das próprias empresas contratantes. "A empresa precisa ter a responsabilidade de tomar conta dos processos de produção, principalmente ficar de olho sobre qual empresa contrata para fazer seus serviços. Depois não pode dizer que não teve culpa", frisou.

Em cada dez casos de acidente de trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas, assim como os casos de mortes por acidentes fatais (quatro em cada cinco casos), com maior incidência no setor petrolífero e de energia elétrica. Dados da Federação Única dos Petroleiros indicam que de 1995 a 2010 foram registradas 283 mortes com acidentes de trabalho no sistema Petrobras. Desses, 228 eram terceirizados. Um dos motivos é a falta de equipamento de segurança, além de treinamento próprio para o serviço.

A proposta que a CUT irá levar a Brasília é da garantia de igualdade de direitos para esses trabalhadores. "É inadmissível que coisas como essas ainda aconteçam no país, com trabalhadores que ganham menos, trabalham mais e ainda são vítimas de preconceito da própria empregadora", rechaçou. A CUT será representada pelas confederações de categorias como químicos, bancários, petroleiros e metalúrgicos.

Terceirizado trabalha mais e ganha menos

Segundo o CUT, a diferença chega até a 27,1% no salário, sendo ainda com três horas a mais na jornada de trabalho

Os trabalhadores terceirizados ganham 27,1% menos do que os empregados diretos. Segundo estudo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), os terceirizados tinham, em dezembro de 2010, uma remuneração média de R\$ 1.329,40, enquanto os contratados diretamente recebiam R\$ 1.824,20.

Além disso, a jornada semanal de trabalho nas terceirizadas supera em até três horas a do contrato direto. Se houvesse uma equiparação, alerta o estudo, seriam gerados no país mais 801,3 mil vagas. Este tipo de contrato de trabalho atinge cerca de 25,5% do mercado formal, o que representa 10,8 milhões de empregados. Enquanto nas empresas terceirizadas quase a metade dos contratados (48%) estava nas faixas de um a dois salários mínimos, nas empresas contratantes dos serviços o percentual ficou em 29%, segundo o estudo.

A rotatividade também é maior com 44,9% ante 22% do regime contratual direto. De 42,6 milhões de empregos formais, 10,8 milhões ocorrem por meio da terceirização.

BAND

Terceirização impede a geração de mais vagas de trabalho

O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, concedeu entrevista coletiva no início da tarde desta segunda-feira (03), para anunciar a posição da CUT em relação às terceirizações no país.

Nesta terça, haverá uma audiência no TST em Brasília, que reunirá as centrais sindicais, trabalhadores e empresas, na qual será entregue um dossiê contendo importantes informações baseadas em pesquisas feitas pelo Dieese, PED e dados fornecidos pelos sindicatos.

Artur afirmou que quando se fala em terceirização, não é mais possível admitirmos o quadro atual. Não é aceitável compactuarmos com o modelo de terceirização adotado por empresas visando lucro e promovendo a precarização do trabalho. É ruim para os trabalhadores/as, ruim para as empresas e ruim para o governo.

O líder cutista lembrou que há um projeto do deputado federal Vicentinho (PT-SP) que prevê fiscalização prévia das empresas às suas contratadas. Ele citou casos como o de Jirau e Santo Antonio e, mais recentemente, da grife Zara, empresa que mantinha contratos com fornecedores que promoviam condições de trabalho análogo ao de escravos. Artur considera que é também de responsabilidade da empresa que contrata suas terceirizadas, as condições dignas de trabalho.

O fato ocorre porque as empresas tratam a terceirização como medida administrativa, simplesmente, sem ouvir sindicatos sobre as consequências dessa forma de contratação que, nos moldes atuais, provoca um impacto negativo muito grande na vida dos trabalhadores.

O estudo apresentado à imprensa contém outros dados como a geração de empregos. Mais de 800 mil postos de trabalho não foram criados, graças à terceirização. O sistema também aumenta a rotatividade da mão-de-obra, reduz significativamente salários (terceirizados ganham, em média, 27% a menos), calotes como o não pagamento de indenização a trabalhadores no caso de interrupção de atividades, além de prejuízos à saúde e segurança. Em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no país, oito são registrados em empresas terceirizadas.

A seguir, destacamos alguns pontos que fazem parte da pesquisa que a CUT apresenta sobre terceirização. Esta pesquisa, feita com base em dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) e em informações colhidas por nossos sindicatos, servirá como base para a intervenção que a CUT fará nos próximos dias 4 e 5 na audiência pública que o TST realiza sobre o tema, em Brasília.

Os dados foram apresentados à imprensa no início da tarde desta segunda, dia 3.

Geração de empregos

Ao contrário do que convencionou dizer, a terceirização não gera mais empregos que as contratações diretas. Os terceirizados têm jornada semanal superior aos demais – são três horas a mais, em média, sem considerar as horas extras. Por causa disso, realizam tarefas que, sem a jornada estafante, exigiriam novas contratações.

Segundo o Dieese, com base em dados da RAIS, deixaram de ser criadas mais de 800 mil novas vagas de trabalho em 2010 por causa das terceirizações.

Salários

Em dezembro de 2010 (dados mais recentes) o salário dos terceirizados era 27,1% menor que os salários de contratados diretos que realizam a mesma função (ver tabela 2, página 7).

A terceirização aumenta a rotatividade da mão de obra no mercado de trabalho.

Enquanto a permanência no trabalho direto é, em média, de 5,8 anos numa mesma empresa empregadora, no trabalho terceirizado é de 2,6 anos. Esses dados ajudam a explicar porque 44,9% de todos os terceirizados saíram do emprego entre janeiro e agosto de 2010, enquanto 22% dos diretamente contratados passaram pela mesma situação. Essa diferença puxa todo o mercado para baixo, trazendo a média geral da rotatividade para 27,8% (ver gráfico 1, página 7, do estudo completo, que pode ser acessado logo abaixo).

Os salários dos terceirizados é menor porque eles trabalham em empresas pequenas?

Esse argumento é falso. 53,4% dos terceirizados trabalham em empresas com mais de 100 funcionários. Já 56,1% dos contratados diretos trabalham em empresas de mesmo porte. Os percentuais, bastante próximos, não autorizam essa conclusão (ver tabela 8, página 11).

Os salários dos terceirizados é menor porque eles têm escolaridade mais baixa?

61% dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados têm ensino médio e superior. Entre os trabalhadores de setores tipicamente diretos, a percentagem é de 75%. O hiato não é grande o suficiente para validar o argumento (ver tabela 9, página 12).

É comum empresas terceirizadas interromperem suas atividades e não pagar indenização aos funcionários.

Há casos como esse até mesmo no Palácio do Planalto. Outros casos são citados como exemplo na página 13.

Mortes e acidentes no trabalho

Em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas. Em casos de morte por acidente, quatro em cada cinco vitimam trabalhadores terceirizados. Outros dados podem ser encontrados a partir da página 14.

MUNDO SINDICAL

Quem é responsável por funcionários terceirizados?

Entenda de quem é a responsabilidade legal quando se contrata um funcionário terceirizado

Quem é responsável por funcionários terceirizados?

Conceitualmente, a **terceirização** é um modelo que envolve uma empresa tomadora de serviços, uma empresa prestadora e o empregado terceirizado. Este funcionário pode realizar qualquer atividade na empresa que não esteja relacionado com o negócio principal.

A atividade principal de uma empresa é aquela executada no âmbito de seu objeto social. Assim, aquelas atividades que não estiverem no seu objeto social, poderão ser classificadas, em princípio, como atividades acessórias. Por exemplo, é possível terceirizar um serviço de limpeza se a sua empresa produz roupas.

Na terceirização, a responsabilidade das empresas em relação ao empregado é dividida. Quem terceiriza o trabalho é responsável pelo cumprimento do contrato de prestação de serviços. Já a empresa prestadora de serviços, deve cuidar de todas as peculiaridades relacionadas ao contrato de trabalho. Nesse sentido, caso o empregado terceirizado seja prejudicado em alguma questão trabalhista, a tomadora responde pelos débitos deixados pela prestadora.

Embora os fundamentos descritos acima sejam simples de serem delineados, nem sempre é fácil adequá-los à realidade prática dos trabalhadores terceirizados e das empresas que efetuam a terceirização. Há muita discussão sobre as condições em que se pode realizar este instrumento que flexibiliza a relação de trabalho e que mescla a necessidade empresarial por mão-de-obra especializada e a redução dos diversos tipos de encargos financeiros.

Ato inseguro: a transferência da culpa para o trabalhador

Apesar dos grandes avanços nas análises de acidente de trabalho, as concepções que responsabilizam os próprios trabalhadores pelos acidentes de que são vítimas mantêm-se com vigor no dia-a-dia das fábricas.

Segundo Fábio de Oliveira, doutor em Psicologia Social e professor da PUC-SP, a definição do termo ato inseguro e condição insegura são os conceitos centrais da "teoria dos dominós", elaborada na década de 1930 e difundida no Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Oliveira explica que na "teoria dos dominós" a primeira peça seria os "fatores sociais e ambientais prévios" responsáveis pela formação do caráter dos operários. A segunda peça, os comportamentos inadequados dos trabalhadores, frutos de características herdadas ou adquiridas. Esses comportamentos inadequados poderiam vir a constituir-se em atos inseguros, isto é, em comportamentos de risco que, juntamente com a presença de condições inseguras (atos e condições inseguros são a terceira peça do dominó), levariam à ocorrência do acidente e, por fim, à lesão (respectivamente a quarta e a quinta peças da seqüência de dominós).

Para o especialista a principal consequência desse modo de compreender o fenômeno é a culpabilização dos próprios trabalhadores pelos acidentes de que são vítimas o que pouco contribui para sua efetiva prevenção.

Chamada de teoria da culpabilização do trabalhador, a prática, utilizada em muitas fábricas hoje, transfere o ônus da responsabilidade dos reais culpados (a empresa), para os trabalhadores, que se transformam nos responsáveis pelos seus próprios acidentes. Esta prática desvia a atenção da opinião pública das precárias condições de trabalho, para o suposto descuido do trabalhador.

Vale Fertilizantes se utiliza da teoria da culpabilização do trabalhador

Segundo a diretoria do Sindiquímica-PR a prática da teoria da culpabilização do trabalhador é observada também na empresa Vale Fertilizantes.

No dia 25 de janeiro um trabalhador caiu de uma altura de 2,06m e sofreu traumatismo craniano. Conforme constatação da árvore de causa oficial um dos culpados foi o trabalhador, que não percebeu o risco existente.

Para a diretoria do Sindiquímica-PR, os laudos apresentados pela Vale Fertilizantes na árvore de causa visam somente tirar a responsabilidade da empresa. "A árvore de causa feita pela empresa é tendenciosa uma vez que não vai à raiz das causas, fica apenas na superficialidade e até certo ponto expondo como culpado a própria vítima", explica um dos dirigentes do Sindicato.

No caso do acidente do trabalhador que resultou em traumatismo craniano, o sindicato aponta como responsáveis o descaso das chefias para com as condições de trabalho; o engavetamento da nota tipo N6 para cumprir orçamento e a política da empresa de visar lucros acima da segurança Sindiquim

Sindiquímica denuncia: Vale Fertilizantes reduz número de afastamentos e camufla acidentes de trabalho

O Sindiquímica-PR fez um levantamento sobre os afastamentos por acidente de trabalho na Vale Fertilizantes e chegou a conclusão de que mesmo que os dados aparentes mostrem que o número de afastamentos diminuiu, os acidentes de trabalho continuam acontecendo. O que pode significar que a empresa não está concedendo os afastamentos para se beneficiar do Fator Acidentário de Prevenção, programa do governo que premia as empresas com a redução da alíquota do Risco de Acidente de Trabalho (RAT).

Os dados mostram que a partir de 2010, a empresa Vale Fertilizantes diminuiu o número de afastamentos por acidente na empresa. Essas informações são baseadas nas cópias dos Comunicados de Acidentes de Trabalho (CAT), que devem ser enviados ao sindicato de classe do trabalhador conforme o Decreto nº 2.173/97. O comunicado do acidente de trabalho deve ocorrer mesmo se não houver afastamento.

De acordo com o levantamento realizado pelo sindicato, os CATs mostram que, para os mesmos acidentes, antes de 2009, os trabalhadores tinham o direito do afastamento para sua recuperação. Em 2010, para os 57 Comunicados de Acidente de Trabalho, a Vale Fertilizantes não concedeu nenhum afastamento.

A Vale Fertilizantes alega que o critério do afastamento se dá pela avaliação médica e a relação com as atividades desenvolvidas pelo empregado no trabalho. A empresa afirma que não existe mudança nos critérios de afastamento.

Entretanto, o Sindicato entende que a empresa está interessada em obter lucro em cima da saúde do trabalhador e por isso diminuiu o número de afastamentos, com o objetivo de se beneficiar através do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Para a diretoria do Sindicato-PR, a diminuição de afastamentos não se deu necessariamente pela diminuição da gravidade dos acidentes de trabalho, mas pela mudança de critérios para considerar a gravidade do acidente. "Suspeitamos que as mudanças de critérios sofreram influência da instituição do FAP, a partir de 2009, que estabelece a redução das alíquotas sobre o salário de contribuição para as empresas que apresentam redução do risco do ambiente de trabalho", afirma Paulo Roberto Fier.

Segundo o sindicato, outro fator que tem influência para a mudança de critérios dos acidentes de trabalho é a política de Participação nos Lucros (PLR) da empresa. "A Vale Fertilizantes impõe cada vez mais perdas financeiras aos trabalhadores em função dos acidentes e afastamentos, levando a uma "cultura" de omissão dos acidentes pelos trabalhadores", complementa Sindquim

64% declaram que "a Justiça é pouco ou nada honesta"

A celeuma decorrente da fala da ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, querendo banir os "bandidos de toga" (cerca de 160 juízes e desembargadores que infestam a magistratura nacional) remete a uma pesquisa realizada de outubro a dezembro de 2010. A tabulação foi revelada em março deste ano.

Na ocasião, a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas divulgou o índice de Confiança da Justiça (ICJ-Brasil), a partir das entrevistas com 1.570 pessoas em sete Estados brasileiros. Desse universo, 64% dos entrevistados declararam que "a Justiça é pouco ou nada honesta" e 59% opinaram que "o Judiciário recebe influência do poder político ou dos outros poderes do Estado". Conforme o levantamento Global Corruption Barometer (Barômetro da Corrupção Global), para a maioria dos brasileiros em uma escala de 1 (nem um pouco corrupto) a 5 (extremamente corrupto), o Poder Judiciário brasileiro ficou com a nota média 3,8, a mesma atribuída à polícia. As duas pesquisas demonstram que parte considerável da população brasileira não acredita na lisura da Justiça brasileira.

Esses índices podem ser explicados por escândalos de vendas de sentenças e nepotismo veiculados pela mídia nos últimos dois anos. Dentre os casos emblemáticos é citado o do ex-ministro do STJ Paulo Medina, "condenado" a se aposentar compulsoriamente (punição mais grave prevista na Lei Orgânica da Magistratura), depois de ser acusado de venda de decisões judiciais para liberar caça-níqueis.

Nesse contexto, a situação de Medina ganhou relevância negativa porque ele é magistrado de carreira e, antes de chegar ao STJ, tinha sido presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Esta é a entidade que, justamente, pretende breçar, agora, os poderes do CNJ.

ESPAÇO VITAL

Marcha contra a corrupção vai incluir defesa dos poderes do CNJ

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, enviou ofício, ontem (3) aos 27 presidentes seccionais e aos 87 conselheiros federais da entidade comunicando que a Marcha Contra a Corrupção e a Impunidade, marcada para o próximo dia 12, na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes, incluirá “a defesa da independência do Conselho Nacional de Justiça”. O ofício lembra que a manifestação “se consolida como importante instrumento da sociedade civil em prol da Justiça e da moralidade na administração pública, abrindo frente contra a corrupção e a impunidade”.

O documento ressalta que “foi agregada como objeto do movimento - por sugestão deste Conselho Federal - a defesa da independência do CNJ como medida para aprimorar a Justiça, consolidar o regime democrático e fortalecer os direitos”.

O STF está para julgar a ação de inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros com o objetivo de derrubar a resolução do CNJ que ampliou sua competência na abertura e avocação de processos administrativos destinados a punir juízes e desembargadores acusados de irregularidades ou de corrupção.

ESPAÇO VITAL

Nas ruas, servidores efetivos do TJSE reivindicam valorização

“Vamos amigo, lute. Senão, a gente acaba perdendo o que já conquistou...” Ao som de músicas de reivindicação e protesto, os servidores do TJSE promoveram um Ato Público na tarde de ontem (3). Os servidores saíram da Sociedade Semear (onde estavam reunidos em Assembleia) e caminharam até o Palácio da Justiça, na Praça Fausto Cardoso.

Bandeiras, faixas, banners, cartazes, camisas e adesivos da Campanha Salarial levaram as marcas dos servidores efetivos do TJSE para as ruas, com o objetivo de demonstrar à população as injustiças e o tratamento discriminatório existentes dentro da casa responsável pela promoção da justiça.

Até uma “vaca” foi utilizada no Ato Público, como forma de demonstrar as “tetas” do dinheiro do serviço público que são utilizadas para pagar os salários de até R\$ 13 mil dos cargos comissionados. O Ato Público, deliberado na Assembleia da mesma tarde, foi motivado pela falta de objetividade da Presidência do TJSE com a pauta de reivindicações dos servidores. “Já tivemos três reuniões com a Presidência, protocolamos a nossa pauta de reivindicações no dia de 9 de agosto, mas até agora o Tribunal não se manifestou sobre a nossa proposta de reajuste salarial. Por outro lado, o mesmo Tribunal declara interesse em conceder benefícios para os cargos comissionados e os juízes”, ressalta o Presidente do SINDISERJ, Plínio Pugliesi.

O SINDISERJ tem clareza de que os trabalhadores só terão os seus direitos garantidos se houver muita organização e mobilização da categoria. “Todos os anos temos que vir às ruas, protestar, dialogar com a sociedade sobre os nossos direitos. Só assim os patrões nos respeitam. Só assim conseguiremos dignidade salarial”, destacou o Diretor do SINDISERJ, Marcelo Ferreira.

O Ato Público e esta Campanha Salarial objetivam também mostrar à sociedade que os servidores efetivos do TJSE, mesmo sendo responsáveis pela eficiência do judiciário sergipano, não têm salários justos. “Esses dias estive em um encontro com servidores de judiciário de toda a América Latina e lá os companheiros ficaram abismados quando mostramos o salário que recebemos, pois eles acreditavam que a nossa remuneração era compatível com a eficiência do nosso trabalho”, afirmou Marcelo Ferreira.

Durante o Ato, o SINDISERJ repudiou a postura do TJSE de criminalizar movimentos de trabalhadores ao decretar a ilegalidade de greves. “Este ano, professores da rede estadual e municipal de forma organizada e legítima paralisaram as atividades, lutando por um piso salarial constitucional e o TJ, de forma reacionária e contra os trabalhadores, decretou ilegal. Precisamos de uma justiça que esteja ao lado da classe trabalhadora”, defende o Diretor do SINDISERJ, Ednaldo Martins.

O Ato foi encerrado com o SINDISERJ e conjunto dos servidores do TJSE prestando solidariedade aos bancários e aos trabalhadores dos correios que estão em greve lutando por melhorias salariais e de condições de trabalho.

FAXAJU

Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha

Nesta terça, as centrais sindicais entregarão um dossiê ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, contendo informações sobre a terceirização baseadas em pesquisas feitas pelo Dieese, PED e dados fornecidos pelos sindicatos. O dossiê destaca que a terceirização impede a geração de mais vagas de trabalho, impõe salários mais baixos e aumenta o número de acidentes e mortes

A reportagem é do portal da CUT, 03-10-2011.

Artur Henrique, presidente da CUT, afirmou que quando se fala em terceirização, não é mais possível admitirmos o quadro atual. Não é aceitável compactuarmos com o modelo de terceirização adotado por empresas visando lucro e promovendo a precarização do trabalho. É ruim para os trabalhadores/as, ruim para as empresas e ruim para o governo.

Ele citou casos como o de [Jirau e Santo Antonio](#) e, mais recentemente, da grife [Zara](#), empresa que mantinha contratos com fornecedores que promoviam condições de trabalho análogo ao de escravos. Artur considera que é também de responsabilidade da empresa que contrata suas terceirizadas, as condições dignas de trabalho.

O fato ocorre porque as empresas tratam a terceirização como medida administrativa, simplesmente, sem ouvir sindicatos sobre as consequências dessa forma de contratação que, nos moldes atuais, provoca um impacto negativo muito grande na vida dos trabalhadores.

O estudo apresentado à imprensa contém outros dados como a geração de empregos. Mais de 800 mil postos de trabalho não foram criados, graças à terceirização. O sistema também aumenta a rotatividade da mão-de-obra, reduz significativamente salários (terceirizados ganham, em média, 27% a menos), calotes como o não pagamento de indenização a trabalhadores no caso de interrupção de atividades, além de prejuízos à saúde e segurança. Em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no país, oito são registrados em empresas terceirizadas.

A seguir, alguns pontos que fazem parte da pesquisa que a CUT apresenta sobre terceirização. Esta pesquisa, feita com base em dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) e em informações colhidas por nossos sindicatos, servirá como base para a intervenção que a CUT fará nos próximos dias 4 e 5 na audiência pública que o TST realiza sobre o tema, em Brasília. Os dados foram apresentados à imprensa no início da tarde desta segunda, dia 3.

Geração de empregos

Ao contrário do que convencionou dizer, a terceirização não gera mais empregos que as contratações diretas. Os terceirizados têm jornada semanal superior aos demais – são três horas a mais, em média, sem considerar as horas extras. Por causa disso, realizam tarefas que, sem a jornada estafante, exigiriam novas contratações.

Segundo o Dieese, com base em dados da RAIS, deixaram de ser criadas mais de 800 mil novas vagas de trabalho em 2010 por causa das terceirizações.

Salários

Em dezembro de 2010 (dados mais recentes) o salário dos terceirizados era 27,1% menor que os salários de contratados diretos que realizam a mesma função.

A terceirização aumenta a rotatividade da mão de obra no mercado de trabalho.

Enquanto a permanência no trabalho direto é, em média, de 5,8 anos numa mesma empresa empregadora, no trabalho terceirizado é de 2,6 anos. Esses dados ajudam a explicar porque 44,9% de todos os terceirizados saíram do emprego entre janeiro e agosto de 2010, enquanto 22% dos diretamente contratados passaram pela mesma situação. Essa diferença puxa todo o mercado para baixo, trazendo a média geral da rotatividade para 27,8%.

Os salários dos terceirizados é menor porque eles trabalham em empresas pequenas?

Esse argumento é falso. 53,4% dos terceirizados trabalham em empresas com mais de 100 funcionários. Já 56,1% dos contratados diretos trabalham em empresas de mesmo porte. Os percentuais, bastante próximos, não autorizam essa conclusão.

Os salários dos terceirizados é menor porque eles têm escolaridade mais baixa?

61% dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados têm ensino médio e superior. Entre os trabalhadores de setores tipicamente diretos, a percentagem é de 75%. O hiato não é grande o suficiente para validar o argumento. É comum empresas terceirizadas interromperem suas atividades e não pagar indenização aos funcionários.

Há casos como esse até mesmo no Palácio do Planalto.

Mortes e acidentes no trabalho

Em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas. Em casos de morte por acidente, quatro em cada cinco vitimam trabalhadores terceirizados.

Segunda carta às esquerdas. Artigo de Boaventura de Sousa Santos

“Está em curso um processo global de desorganização do Estado democrático. A organização deste tipo de Estado baseia-se em três funções: a função de confiança, por via da qual o Estado protege os cidadãos contra forças estrangeiras, crimes e riscos coletivos; a função de legitimidade, através da qual o Estado garante a promoção do bem-estar; e a função de acumulação, com a qual o Estado garante a reprodução do capital a troco de recursos (tributação, controle de setores estratégicos) que lhe permitam desempenhar as duas outras funções”. A análise é do cientista social português [Boaventura de Sousa Santos](#), em artigo publicada no jornal português Visão, 22-09-2011.

Eis o artigo.

A democracia política pressupõe a existência do Estado. Os problemas que vivemos hoje na Europa mostram que não há democracia europeia porque não há Estado europeu. E porque muitas prerrogativas soberanas foram transferidas para instituições europeias, as democracias nacionais são hoje menos robustas porque os Estados nacionais são pós-soberanos. Os déficits democráticos nacionais e o déficit democrático europeu alimentam-se uns aos outros e todos se agravam por, entretanto, as instituições europeias terem decidido transferir para os mercados financeiros parte das prerrogativas transferidas para elas pelos Estados nacionais.

Ao cidadão comum será hoje fácil concluir (lamentavelmente só hoje) que foi uma trama bem urdida para incapacitar os Estados europeus no desempenho das suas funções de proteção dos cidadãos contra riscos coletivos e de promoção do bem-estar social. Esta trama neoliberal tem vindo a ser urdida em todo o mundo, e a Europa só teve o privilégio de ser "tramada" à europeia. Vejamos como aconteceu.

Está em curso um processo global de desorganização do Estado democrático. A organização deste tipo de Estado baseia-se em três funções: a função de confiança, por via da qual o Estado protege os cidadãos contra forças estrangeiras, crimes e riscos coletivos; a função de legitimidade, através da qual o Estado garante a promoção do bem-estar; e a função de acumulação, com a qual o Estado garante a reprodução do capital a troco de recursos (tributação, controle de setores estratégicos) que lhe permitam desempenhar as duas outras funções.

Os neoliberais pretendem desorganizar o Estado democrático através da inculcação na opinião pública da suposta necessidade de várias transições.

Primeira: da responsabilidade coletiva para a responsabilidade individual. Para os neoliberais, as expectativas da vida dos cidadãos derivam do que eles fazem por si e não do que a sociedade pode fazer por eles. Tem êxito na vida quem toma boas decisões ou tem sorte e fracassa quem toma más decisões ou tem pouca sorte. As condições diferenciadas do nascimento ou do país não devem ser significativamente alteradas pelo Estado.

Segunda: da ação do Estado baseada na tributação para a ação do Estado baseada no crédito. A lógica distributiva da tributação permite ao Estado expandir-se à custa dos rendimentos mais altos, o que, segundo os neoliberais, é injusto, enquanto a lógica distributiva do crédito obriga o Estado a

conter-se e a pagar o devido a quem lhe empresta. Esta transição garante a asfixia financeira do Estado, a única medida eficaz contra as políticas sociais.

Terceira: do reconhecimento da existência de bens públicos (educação, saúde) e interesses estratégicos (água, telecomunicações, correios) a serem zelados pelo Estado no interesse de todos para a ideia de que cada intervenção do Estado em área potencialmente rentável é uma limitação ilegítima das oportunidades de lucro privado.

Quarta: do princípio da primazia do Estado para o princípio da primazia da sociedade civil e do mercado. O Estado é sempre ineficiente e autoritário. A força coercitiva do Estado é hostil ao consenso e à coordenação dos interesses e limita a liberdade dos empresários que são quem cria riqueza (dos trabalhadores não há menção). A lógica imperativa do governo deve ser substituída na medida do possível pela lógica cooperativa de governança entre interesses setoriais, entre os quais o do Estado.

Quinta, dos direitos sociais para os apoios em situações extremas de pobreza ou incapacidade e para a filantropia. O Estado social exagerou na solidariedade entre cidadãos e transformou a desigualdade social num mal quando, de facto, é um bem. Entre quem dá esmola e quem a recebe não há igualdade possível, um é sujeito da caridade e o outro é objeto dela.

Perante este perturbador receituário neoliberal, é difícil imaginar que as esquerdas não estejam de acordo sobre o princípio "melhor Estado, sempre; menos Estado, nunca" e que disso não tirem consequências.

Associação: "Juízes precisam ser controlados pela sociedade"

Diante do debate sobre a atuação de juízes e a tentativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) de retirar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o poder de investigar e punir essa classe, o presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD), José Henrique Rodrigues Torres, mantém clara a postura de apoiar o controle externo do Poder Judiciário. "Um posicionamento já consolidado, ao longo de muitos anos, pela associação", afirma, em entrevista a Terra Magazine. Torres reclamou do foco direcionado às declarações da corregedora nacional de justiça, Eliana Calmon, que criticou os "bandidos de toga". Na opinião do juiz, merece mais importância o assunto comentado pela ministra.

- A sociedade precisa controlar os juízes, e os juízes precisam desse controle para legitimar sua própria atuação - reitera o presidente da ADJ.

Confira os principais trechos da entrevista.

Necessidade de controle

"Desde a Emenda 45, em 2004, já sustentamos a necessidade de um controle externo para a Magistratura. O CNJ foi criado e tem uma das funções que é exercer esse controle externo. E nós continuamos insistindo que é extremamente importante que o CNJ exerça essa função correicional. Com relação aos juízes de primeira instância e especialmente aos de segunda instância. Nenhum órgão de poder pode existir sem qualquer tipo de controle, que é necessário, salutar, inclusive para a própria independência judicial. Este é nosso posicionamento".

Frase da ministra Eliana Calmon

"Toda essa polêmica criada em torno da declaração da ministra não pode ser utilizada para nos desviar do assunto principal, que é a questão do controle, da necessidade do controle, da necessidade democrática e republicana desse controle. É isso que eu peço".

'Bandidos de toga'

"Em primeiro lugar, é preciso ver bem o contexto em que ela falou. Precisa tomar cuidado com essas críticas. Realmente a frase é forte. O que ela revela, no fundo, é que existem infelizmente juízes que se desviam de sua conduta, que devem ser submetidos à correição obviamente. Esses juízes que assim agem é que acabam tirando o crédito da Magistratura, sua legitimidade social e têm que ser combatidos evidentemente. Se a frase dela foi forte, é uma discussão secundária. O importante é que seja observado que a Corregedoria do CNJ está fazendo o serviço, está detectando problemas e nós, juízes, temos a obrigação de incentivar essas atitudes correicionais, essa fiscalização, esse controle externo do Judiciário, esse é o ponto central. Não podemos desviar o

assunto para ficar discutindo a frase da ministra e nos esquecermos da substância, o que está sendo feito".

Juízes cometem irregularidades?

"Onde não existe? Somos seres humanos. Somos homens, mulheres, humanos como qualquer outro. Não somos maus nem bons. Não existem juízes bons nem juízes maus, e sim juízes, seres humanos, homens e mulheres, que prestam concursos, exercem uma atividade judicial importante para o Estado de Direito democrático, mas nem por isso são anjos ou demônios. Não são deuses. Essas pessoas precisam de controle também evidentemente. O juiz precisa de garantias. Há as garantias constitucionais. Os juízes têm grande responsabilidade social e precisam de garantias: materiais, formais, constitucionais e legais. Mas, ao mesmo tempo, precisamos do controle. A sociedade precisa controlar os juízes, e os juízes precisam desse controle para legitimar sua própria atuação". Existe corporativismo?

"Esse é que é o ponto. Ao invés de ficarmos discutindo a fala da ministra, precisaríamos saber concretamente o que ela está falando, quais são as providências do CNJ, se realmente está sendo apurado, se esses juízes estão sendo punidos ou não, se está havendo uma apuração com garantias dos próprios juízes, se estão sendo processados legitimamente. Enfim, importante é saber se isso aí está acontecendo mesmo. Essa transparência, o CNJ também precisa ter. Para mostrar o que está sendo feito".

TERRA

TST marca para terça-feira audiência de conciliação entre Correios e grevistas

A ministra Cristina Peduzzi, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), marcou para a próxima terça-feira (4/10), às 13h, a audiência de conciliação entre a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e a Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telégrafos e Similares), entidade que representa os funcionários em greve desde o dia 13 de setembro.

A audiência de conciliação é a etapa obrigatória do dissídio coletivo quando as partes, sob a mediação do TST, tentam chegar a um acordo. Como a ação tem pedido de liminar, pode ser que a ministra dê alguma decisão em caráter emergencial antes da audiência.

A ação que pede o fim da greve chegou nesta quinta-feira (29/9) ao TST. De acordo com os Correios, a paralisação é abusiva e um "movimento atentatório à ordem pública". A estatal também pede que, caso os trabalhadores insistam na greve, eles sejam multados diariamente em R\$ 100 mil. Para a ECT, a greve tem "nítido conteúdo político-ideológico" e causa prejuízo a serviços de natureza eminentemente sociais, como o pagamento de aposentadorias e a entrega de remédios por via postal. O dissídio coletivo tem pedido de liminar e está sob relatoria da vice-presidente do TST, Cristina Peduzzi.

Caso a suspensão não seja acatada, os Correios pedem que o tribunal determine à que pelo menos 70% dos empregados voltem ao trabalho em cada uma das unidades operacionais da empresa. A empresa alega que foi surpreendida pelo movimento grevista quando o processo de negociação para o acordo coletivo da categoria, relativo a 2011/2012, estava "em pleno andamento". Também declara que, após o início da greve, tentou apresentar propostas que foram rejeitadas.

A estatal pede ainda que a Fentect garanta o trânsito de usuários e empregados e o fim de manifestações que resultem em depredação do patrimônio público.

ÚLTIMA INSTANCIA

Correios entra com ação e pede para TST declarar greve abusiva

A ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) ajuizou uma ação de dissídio coletivo no TST (Tribunal Superior do Trabalho) com pedido de liminar para a suspensão da greve dos seus empregados, que começou no dia 13 de setembro, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. O pedido, que chegou ao TST nesta quinta-feira (29/9) à noite, classifica a paralisação como "movimento atentatório à ordem pública" e pede que, no julgamento do mérito, a greve seja considerada abusiva.

Caso o TST decida não determinar a suspensão da greve, os Correios pedem que o Tribunal determine que a Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telégrafos e Similares) garanta o percentual de 70% de empregados em cada uma das unidades operacionais da empresa, como agências postais, terminais de cargas e garagens e centros de triagem. O pedido é baseado no artigo 11 da Lei 7.783/89 (Lei de Greve).

Os Correios alegam que foi surpreendidos pelo movimento grevista quando o processo de negociação para o acordo coletivo da categoria, relativo a 2011/2012, estava “em pleno andamento”, e afirma que, mesmo após o início da greve, tentou, “em mais de uma ocasião, a apresentação de proposta que permitisse o final da greve”, todas elas rejeitadas. Para a empresa, a deflagração da greve não teria levado em conta alguns dispositivos legais, como a Constituição da República e a Lei de Greve.

A ECT destaca ainda que o movimento dos seus funcionários causa prejuízo a serviços de natureza eminentemente sociais, como o pagamento de aposentadorias e a entrega de remédios por via postal. Assim, a greve extrapolaria os limites das reivindicações trabalhistas “com nítido conteúdo político-ideológico”.

A empresa requer também que, durante o movimento, a Fentect garanta o acesso de usuários e empregado às unidades dos Correios, como também a entrada e saída de veículos, e que seja impedida a realização de piquetes e atos que resultem em depredação do patrimônio público. O processo será encaminhado à vice-presidente do TST, ministra Cristina Peduzzi. De acordo com o Regimento Interno do TST, compete à vice-presidência designar e presidir audiências de conciliação e instrução dos dissídios coletivos de competência originária do Tribunal (que envolvem categorias de abrangência nacional). A audiência é etapa obrigatória do dissídio coletivo, quando as partes, sob a mediação do TST, tentam chegar a um acordo.

ULTIMA INSTANCIA

Justiça do Trabalho proíbe Correios de cortar salário por greve

A Justiça do Trabalho proibiu nesta sexta-feira que a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) desconte o salário dos trabalhadores que estão em greve. A decisão é do desembargador Macedo Caron, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), que engloba Brasília e o Tocantins. A 3ª Vara de Trabalho da capital federal havia negado pedido dos grevistas para impedir que os Correios fizessem o corte.

De acordo com o desembargador, a ECT determinou a suspensão do pagamento dos grevistas sem negociação prévia e sem levar em conta que o salário tem natureza alimentar. Para Caron, isso foi uma "verdadeira pressão para que os grevistas voltem ao trabalho, resultando em efetiva afronta ao próprio direito de greve".

O magistrado acredita que há possibilidade de uma solução menos prejudicial para ambas as partes, como o desconto mais ameno dos dias parados ou a compensação com horas trabalhadas. Além de proibir a suspensão do salário até o fim do movimento grevista, ele determinou que haja devolução dos valores já debitados em folha suplementar, sob pena de multa. Ainda cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Suspensão de greve negada

Mais cedo, a ministra Cristina Peduzzi, do TST, negou o pedido de liminar feito pelos Correios para suspender imediatamente a paralisação. Na quinta-feira, a empresa entrou com dissídio coletivo no TST para tentar resolver o conflito por via judicial, uma vez que a greve se estende desde o dia 13. A ministra também marcou para terça-feira, às 13h, uma audiência de conciliação entre os Correios e a Federação Nacional dos Trabalhadores de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), entidade que representa os funcionários em greve. A audiência é etapa obrigatória do dissídio coletivo quando as partes, mediadas pelo TST, tentam chegar a um acordo.

Para a direção dos Correios, a paralisação é abusiva, um "movimento atentatório à ordem pública". A estatal pede que as entidades sindicais à frente do movimento sejam multadas diariamente em R\$ 100 mil caso a paralisação não acabe. Se a Justiça não acatar o pedido, os Correios querem que,

pelo menos, seja determinado que 70% dos empregados voltem ao trabalho em cada uma das unidades operacionais da empresa.

Para a direção dos Correios, a greve tem "nítido conteúdo político-ideológico" e causa prejuízo a serviços de natureza social, como pagamento de aposentadorias e entrega de remédios por via postal. A empresa alegou que foi surpreendida pelo movimento grevista quando o processo de negociação para o acordo coletivo da categoria, relativo a 2011/2012, estava "em pleno andamento". Também afirmou que, após o início da greve, apresentou propostas que foram rejeitadas pelas entidades sindicais.

Os trabalhadores em greve reivindicam uma melhor estruturação da empresa, a contratação de mais funcionários, equipamentos novos e condições de trabalho para garantir um atendimento adequado à população. Eles também querem a reposição da inflação de 7,16% e o aumento do piso salarial de R\$ 807 para R\$ 1.635. O impacto dessas exigências nas contas dos Correios chega a R\$ 4,3 bilhões, o que representa um aumento de 70% na folha de pagamento.

TERRA

Greve causa transtornos na triagem dos Correios

Mesmo com a afirmação dos Correios de que funcionários estão sendo remanejados para amenizar o atraso das entregas, a retirada de objetos nos centros de distribuição gera transtornos. Ontem, 13º dia útil de greve, profissionais da triagem da Travessa Santo Amaro, em Santo André, se negavam a atender **clientes** após as 16h. O local deveria funcionar até as 17h.

A equipe do Diário viu o aposentado Mario Pedro da Silva, 54 anos, ser surpreendido. Ele queria resgatar entregas que estavam atrasadas havia dois dias. Os Correios o informaram por telefone que ir ao local até às 17h era opção; porém, foi barrado às 16h15. "Não deixam entrar e ninguém informa nada." A polícia foi chamada, mas não houve tumulto.

O gerente do centro, Adonias da Silva, justificou aos que reclamavam por atendimento que os funcionários ficariam localizando entregas paradas até às 20h, devido ao alto volume de objetos. Para alguns que já estavam por vários minutos ali, prometeu verificar se identificava os itens. Os demais deveriam retornar só no dia seguinte, mesmo chegando antes das 16h. No entanto, havia várias pessoas na fila no interior do centro; algumas já esperavam por quatro horas. Um funcionário que não se identificou disse que estava difícil achar encomendas. Havia representantes de grandes varejistas que não sabiam o que fazer para localizar entregas.

A espera mínima era de uma hora, mas muitos abandonaram a fila. Houve quem chegou no centro às 13h, mas saiu às 17h de mãos abanando. Caso do sonoplasta Fábio Martins. "Apresentei meu RG com o nome da minha **mãe**, já que a encomenda estava no nome dela. Mas não houve acordo." Ele insistiu, e foi **convidado** a sair do local. Após três horas de espera, pessoas eram informadas que suas encomendas voltaram para a Capital, estavam perdidas ou haviam sido encaminhadas para entrega.

A empresa disse que faria reorientação nos centros a fim de atender a população, mas não havia respondido sobre o ocorrido até o fechamento desta edição.

Na região já são 8,450 milhões de objetos parados por conta da greve, diz o Sindicato dos Trabalhadores de Correios e Telégrafos da Capital. A ECT ofereceu ontem nova proposta aos trabalhadores; aumento real de R\$ 80 e abono imediato de R\$ 500. A empresa prometeu descontar na folha a proporção de um dia de greve ao mês. Sindicalistas recusaram o **corte** do ponto. E a greve continua

O ESTADO DE SP

Correios descumpre liminar e desconta dias parados de grevistas

Empresa disse que irá recorrer da decisão; advogado do sindicato vai requerer aplicação de multa. Os Correios descumpriram uma **decisão judicial** e descontou sete dias parados dos grevistas de Ribeirão Preto e de 92 cidades da região. O desconto foi confirmado pelo sindicato da categoria, nesta sexta-feira (30), quando o pagamento referente ao mês de setembro foi depositado. A

proibição da medida foi concedida pela juíza da 4ª Vara Trabalhista Mônica Muniz Foschi, na quarta-feira (28), e cabe multa diária de R\$ 50 mil pelo descumprimento.

Em nota, os Correios informou que a Justiça dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que concentram metade do efetivo da empresa, indeferiu as liminares dos sindicatos para evitar o desconto dos dias parados. No entanto, “especificamente para a cidade de Ribeirão Preto, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) irá recorrer da decisão, que é liminar”.

O advogado do sindicato Ricardo Sobral, confirmou que a decisão não chegou a Ribeirão e a liminar é mantida. “Caso a diferença salarial não seja depositada até a meia noite desta sexta-feira, vamos informar à Justiça, na segunda-feira (3), que a empresa não cumpriu a decisão e, ainda, vamos requerer a aplicação da multa diária”, afirma.

Segundo a secretária de finanças do sindicato Fernanda Romano, em média, o desconto foi de R\$ 300 no salário base, que atualmente é de R\$ 806. Em [Ribeirão Preto, 250 mil objetos](#) passam por dia pelo Centro de Triagem. De acordo com Fernanda, desde o início da greve, ao menos 4 milhões estão parados.

Negociação

Os Correios propôs ao comando da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect), em reunião realizada nesta quinta-feira (29), um aumento linear de R\$ 80 a todos os empregados, reajuste salarial e dos benefícios em 6,87% e abono imediato de R\$ 500. O reajuste representa 9,9% de ganho real no salário base inicial de agente de Correios.

Reivindicação

A reivindicação dos funcionários é a reposição de 7,16% da inflação do período de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho deste ano e o pagamento de perdas salariais de 1994 a 2002. Antes, eles pediam o aumento de R\$ 400 no salário e R\$ 30 no vale alimentação, mas depois de uma contraproposta apresentada no dia 23, os valores caíram para R\$ 200 e R\$ 28, respectivamente. Outras exigências são o aumento no valor da cesta básica para R\$ 200 e a contratação de novos profissionais.

Panelaço

Um panelaço foi feito pelos grevistas, na manhã desta sexta-feira (30), em algumas ruas do Centro de Ribeirão Preto, como forma de protesto.

EPTV

TRT de Brasília proíbe Correios de descontar salários de grevistas

Desembargador exige solução que não afronte direito de greve

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que engloba Brasília e Tocantins, proibiu a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) de descontar o salário dos trabalhadores que estão em greve. A decisão foi tomada pelo desembargador Macedo Caron e cassa entendimento da juíza substituta da 3ª Vara de Trabalho de Brasília, que não impediu que a ECT cortasse os vencimentos. De acordo com o desembargador, a ECT determinou a suspensão do pagamento dos grevistas sem negociação prévia e sem levar em conta que o salário tem natureza alimentar. Para Caron, isso foi uma “verdadeira pressão para que voltem ao trabalho, resultando em efetiva afronta ao próprio direito de greve”.

O desembargador acredita que há possibilidade de uma solução menos prejudicial para ambas as partes, como o desconto mais ameno dos dias parados ou a compensação com horas trabalhadas. Além de proibir a suspensão do salário até o fim do movimento grevista, ele determina que haja devolução dos valores já debitados em folha suplementar, sob pena de multa. Ainda cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A ECT enfrentou outra decisão contrária da Justiça, nesta sexta. A ministra Cristina Peduzzi, do TST, negou o [pedido de liminar feito pelos Correios para suspender imediatamente a greve](#). Nessa quinta-feira, a empresa entrou com dissídio coletivo para tentar resolver o conflito por via judicial, uma vez que a greve se estende desde o dia 13.

CORREIO DO POVO

Correios recorrem ao TST na tentativa de encerrar greve

Estatal disse que esgotou "todas as tentativas diretas de acordo" com os trabalhadores. Os Correios recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para tentar por fim à greve dos trabalhadores da estatal, que já dura 16 dias. Conforme nota divulgada nesta sexta pela empresa, depois de esgotar "todas as tentativas diretas de acordo" com a representação dos trabalhadores, não restou outra alternativa a não ser propor a conciliação junto ao TST. Segundo os Correios, no tribunal a empresa e os trabalhadores terão, novamente, mais uma oportunidade de finalizar um acordo, em audiência de conciliação, com a mediação judicial.

"Desde o início do ano, a direção dos Correios manteve as portas abertas aos trabalhadores, mediante um sistema de negociação permanente, com reuniões agendadas para o ano todo e não apenas para o período do Acordo Coletivo de Trabalho. Os representantes dos trabalhadores foram recebidos inúmeras vezes para tratar da mudança do Estatuto do ECT e foram ouvidos durante todo o processo de negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A abertura da ECT ao diálogo também foi mantida durante todo o período de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho", informou a empresa, por meio de nota.

A empresa reforçou a posição de que continua aberta ao diálogo e conclama novamente os trabalhadores parados a reavaliar sua posição e fechar o acordo coletivo de trabalho "em benefício da população brasileira e de todos os 110 mil empregados da empresa".

Ontem, depois de mais de seis horas de reunião com a diretoria dos Correios, os funcionários da estatal decidiram manter a greve. Eles recusaram proposta oferecida pela empresa de reajuste real de R\$ 80 a partir de janeiro e o pagamento imediato de um abono de R\$ 500. A diretoria dos Correios também havia proposto - mas foi recusado pelos trabalhadores - o parcelamento do valor pelo corte do ponto dos funcionários que ficaram parados - a cada mês, seria descontado um dia.

CORREIO DO POVO

Braskem conclui compra da Dow

A compra pela Braskem das unidades de polipropileno da Dow Chemical, anunciada ao mercado em julho, foi aprovada pelos órgãos antitruste dos Estados Unidos e da Europa (Comissão Federal de Comércio e Divisão Antitruste do Departamento de Justiça norte-americano e União Europeia), o que permitiu à companhia brasileira concluir a operação. São quatro fábricas, duas nos Estados Unidos, somando 505 mil toneladas/ano, e duas na Alemanha, com capacidade para produzir 545 mil toneladas anuais. O negócio ampliou em 50% a produção da Braskem nos EUA, que atingiu 1,4 milhão de toneladas por ano, consolidando a empresa como maior produtora de polipropileno daquele país.

CORREIO DO POVO

Magistrado critica "absurdos" no CNJ

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra, disse ontem, em Curitiba, que a entidade entrou com ação direta de inconstitucionalidade contra a resolução 135 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta o processo disciplinar de juízes, por observar nela alguns "absurdos". Ele também foi duro nas críticas à corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, que afirmou haver "bandidos" na magistratura.

Calandra disse a resolução, publicada em 15 de julho no Diário da Justiça, "transforma o CNJ em tribunal". "Outro absurdo é que ela reduz o prazo de defesa", afirmou. "Pela lei orgânica da magistratura, que é nacional, é de dez dias. Reduz para cinco, partindo do pressuposto de que Brasília é o Brasil." Segundo ele, em locais do Norte do país, apenas para o juiz se deslocar de barco leva cinco dias. "Portanto, anula a possibilidade de defesa para o magistrado acusado."

CORREIO DO POVO

Sinpro: greve será domingo

Professores do Ensino privado fazem um protesto diferente no domingo (2/10). Eles vão usufruir do direito ao descanso. É o Domingo de Greve, convocado pelos sindicatos de professores do Ensino privado (Sinpro/RS) e pela Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do RS

(Fetee/Sul) para chamar atenção sobre o excesso de trabalho extraclasse. Detalhes no www.domingodegreve.com.br
CORREIO DO POVO

Bancários prometem reforçar paralisação

Após a primeira semana, objetivo é aumentar o número de grevistas

A primeira semana da greve dos bancários se encerrou com pouco mais de 70% de adesão da categoria no Estado, comprovando a consolidação do movimento, segundo avaliou o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários), Mauro Salles. Para a próxima semana, o sindicato vai reforçar as ações com o objetivo de atrair mais adeptos ao movimento e pressionar a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para que apresente uma nova proposta. O movimento reivindica reajuste de 5% mais a inflação do período. Também pede aumento nas contratações, fim da rotatividade, melhoria do atendimento aos clientes e fim de metas abusivas. A Fenaban ofereceu 0,56% de reajuste superior à inflação. "Queremos negociar com responsabilidade", disse Salles.

A Fenaban informou, em nota, que a greve dos bancários "é injustificada e foi decidida de maneira precipitada, com as negociações em andamento, sem que houvesse situação de impasse". A entidade afirma que apresentou propostas de reajuste de salários, pisos salariais, benefícios, além de Participação nos Lucros e Resultados. A orientação da Fenaban aos bancos é para que busquem todos os meios legais para garantir o atendimento da população. Para os clientes, a sugestão é usar canais alternativos como Internet, telefone, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários para o pagamento de contas, saques e outros serviços.

CORREIO DO POVO

Correios buscam suspensão da greve

Brasília - Para tentar chegar a um acordo com os trabalhadores em greve, a direção dos Correios recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para fazer a conciliação com os funcionários. A empresa instaurou o dissídio coletivo no TST com pedido de liminar para suspensão do movimento, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. Caso o TST decida não suspender, os Correios pedem que determine que a Federação Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) garanta 70% dos empregados em cada uma das unidades.

Após o processo enviado à vice-presidente do TST, ministra Cristina Peduzzi, deverá ser realizada audiência para um acordo entre as partes. No encaminhamento feito ao tribunal, os Correios ainda solicitam que, no julgamento do mérito, a greve seja considerada abusiva. A empresa também pede que, durante o movimento, os grevistas garantam acesso de usuários e empregados às unidades, assim como a entrada e saída de veículos.

CORREIO DO POVO

Mobilização para centro da Capital

Professores, bancários e servidores da ECT fazem caminhada

Mais de 2 mil professores e servidores estaduais da Educação de várias cidades do Rio Grande do Sul, funcionários dos Correios e bancários em greve por reajuste salarial, além de representantes da Assembleia Nacional de Estudantes Livres (Anel), realizaram ontem uma manifestação pelas ruas do centro de Porto Alegre. A caminhada partiu do edifício-sede do Cpers/Sindicato, na rua Alberto Bins.

Os manifestantes seguiram até a Praça da Matriz, onde permaneceram mobilizados em frente ao Palácio Piratini. No local, o Cpers/Sindicato promoveu mais um ato para cobrar a implantação imediata do Piso Nacional do Magistério, que fixa o vencimento básico dos professores em R\$ 1.198,00.

A presidente da entidade, Rejane Oliveira, disse que a categoria deve realizar uma assembleia geral na segunda quinzena de novembro, quando poderá avaliar a possibilidade de deflagrar uma greve por tempo indeterminado. "Vamos seguir realizando caravanas no interior do Estado para discutir o

tema. Está na nossa pauta a paralisação, caso o governo do Estado deixe de cumprir o pagamento do piso. Vamos lutar também pelo nosso plano de carreira", assegurou.

A dirigente ainda destacou a força da mobilização realizada na quinta-feira, que conseguiu adiar o projeto da Secretaria Estadual da Educação (Seduc) que alterava os critérios de avaliação dos professores. "Foi uma grande vitória a queda de braço travada com o governo", ponderou. Os manifestantes também exigiram que o Estado destine 35% do orçamento para a educação e que o governo federal invista 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a mesma finalidade.

Outra categoria presente no ato, os servidores do Correios completaram ontem o 17 dia de paralisação. O secretário-geral do Sindicato dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul (Sintect/RS), Vicente Guindani, acusou o governo federal de agir com truculência nas negociações salariais.

"A Justiça proibiu os descontos pelos dias de greve. O governo está tentando desmobilizar os trabalhadores", destacou. Para Guindani, o sucesso das mobilizações de diferentes categorias depende de uma unidade nos atos. "É preciso realizar um grande dia de paralisação de várias categorias. Enquanto as mobilizações ocorrerem de forma individual, os resultados serão insuficientes conforme as demandas", opinou

CORREIO DO POVO

Congestionamento exige paciência

A mobilização do Cpers/Sindicato, que ganhou apoio dos servidores dos Correios e bancários grevistas, provocou vários transtornos ao trânsito da área central de Porto Alegre na manhã de ontem. Os congestionamentos exigiram paciência dos motoristas e usuários do transporte público. Os primeiros problemas foram registrados no cruzamento da rua Alberto Bins com a rua Coronel Vicente, bloqueado às 9h por agentes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). O trânsito lento se verificava até na avenida Cristóvão Colombo. Quem precisou usar a Coronel Vicente a partir da avenida Mauá e Júlio de Castilhos também sofreu com a lentidão.

A passeata provocou ainda um grande congestionamento no sentido bairro-Centro da avenida Senador Salgado Filho. A tranqueira começou na avenida João Pessoa, nas proximidades da Faculdade de Direito da Ufrgs.

CORREIO DO POVO

Tribunal Superior do Trabalho nega pedido dos Correios para suspensão da greve

Funcionários estão parados há mais de duas semanas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou o pedido da direção dos Correios para a [suspensão da greve](#). A decisão foi da vice-presidente do TST, ministra Cristina Peduzzi.

No pedido feito, os Correios argumentam que a paralisação é um movimento político-ideológico que prejudica a população.

No Tribunal Regional do Trabalho em Brasília, outra vitória dos trabalhadores. Um desembargador proibiu a estatal de descontar o salário dos empregados que estão em greve.

Uma audiência de conciliação entre a Federação Nacional dos Trabalhadores e a direção dos Correios foi marcada para a próxima terça-feira.

Os funcionários estão em greve há mais de duas semanas e negociam reajuste salarial

ZERO HORA

Sapateiros protestam e pedem justiça

Seis anos após a morte de Jair Antônio da Costa em uma manifestação contra o desemprego no setor calçadista, sindicalistas se manifestaram ontem pedindo punição pelo crime. As manifestações ocorreram em Igrejinha e Sapiranga. Os manifestantes entregaram panfletos e fecharam a rodovia Taquara-Gramado (ERS-115). A morte ocorreu em Sapiranga, após uma confusão envolvendo a vítima, dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Igrejinha. Membros da BM foram apontados como responsáveis, mas ainda não foram julgados.

ZERO HORA

Sem diálogo, aumenta adesão à greve

Sem avanço nas negociações salariais, bancários e carteiros se reuniram em uma passeata em São Paulo.

Segundo os organizadores, cerca de 8.000 pessoas participaram da manifestação, que interrompeu o tráfego na região da praça da Sé (centro). De acordo com a Polícia Militar, foram 2.000 pessoas.

A reportagem é de Felipe Vanini Bruning e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 01-10-2011.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região informou que a adesão de bancários em São Paulo aumentou de 33 mil para 35 mil trabalhadores.

Cerca de 40% das agências brasileiras ficaram de portas fechadas ontem.

Os bancários reivindicam 12,5% de reajuste, entre salário e ampliação na participação nos lucros, o que implica 5% de aumento real (acima da inflação). A contraproposta dos bancos é de 8%, 0,5% de aumento real.

CORREIOS

Na terça-feira, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) vai realizar uma audiência para decidir sobre a greve dos funcionários dos Correios. A paralisação da categoria completa 18 dias hoje.

A reunião é a primeira etapa de um procedimento com o objetivo de estabelecer um acordo no âmbito judicial. Sem consenso, o caso pode ir a julgamento.

Ao longo desta semana, não houve avanço nas negociações entre representantes dos funcionários e a direção da empresa.

Professores fazem 'domingo de greve' contra tarefa on-line

Cansados de responder a e-mails e de se envolver com trabalho nas horas que deveriam ser de lazer, professores da rede privada do Rio Grande do Sul farão um "domingo de greve" amanhã.

A reportagem é de Felipe Bächthold e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 01-10-2011.

Eles se reunirão para uma roda de chimarrão em um parque de Porto Alegre e deixarão totalmente de lado o trabalho que costumam fazer nos dias de descanso, como preparar aulas e atender a alunos pela internet.

Como as novas tecnologias aumentaram a disponibilidade dos professores a alunos, pais e direção da escola, eles reclamam de manter, sem pagamento extra, blogs e sites ou de colocar o conteúdo das disciplinas na internet.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Estado, isso pode até dobrar as horas dedicadas à escola, gerando mais casos de afastamento por doenças e estresse. Até o Ministério Público do Trabalho recebeu reclamação sobre o assunto.

A professora de química Margot Andras, 50, que atua em duas escolas de Porto Alegre, diz que vem dando menos aulas nos últimos anos para dar conta do trabalho extraclasse. "A família cobra, pergunta quando vai ter um fim de semana para eles. Não tenho mais lazer", diz.

Para Margot, a situação chegou a esse ponto porque a atual geração de alunos não tem mais "tempo de espera". "Eles estão sempre na frente do computador", afirma.

O Sindicato das Escolas do Rio Grande do Sul diz que orienta as instituições a remunerar os professores por atividades como responder a e-mails ou escrever em blogs.

O presidente da entidade, Osvino Toillier, diz que a tecnologia facilitou a rotina dos docentes e que, se existem colégios que cobram trabalho on-line, "é muito pontual".

Para ele, a mobilização é uma "manobra política".

O economista Marcos Formiga, professor da Universidade de Brasília, enxerga um atrito entre estudantes que têm grande intimidade com novas tecnologias e professores resistentes ao uso de novos meios de comunicação.

Para ele, isso vai desaparecer com a nova geração de profissionais.

"É irreversível. Não haverá mais educação sem o uso de tecnologias mediadoras do conhecimento."